

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.057 - RS (2019/0262966-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **COTRIJUI - COOPERATIVA AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL - EM LIQUIDAÇÃO**
ADVOGADOS : **MARCELO CARLOS ZAMPIERI - RS038529**
 LUCIANO DA CAS SIMA E OUTRO(S) - RS054193
 GLEIDSON DOS SANTOS FERREIRA - RS098408
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE IJUÍ - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE IJUÍ - RS**
INTERES. : **CRISTINA SIMONE MIRANDA**

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO EM QUE SE PROCESSA A LIQUIDAÇÃO JUDICIAL DE SOCIEDADE COOPERATIVA E JUÍZO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO TRABALHISTA EM CONTRAPOSIÇÃO À DETERMINAÇÃO DE SUSPENSÃO DE TODAS AS EXECUÇÕES AJUIZADAS CONTRA A SOCIEDADE COOPERATIVA PELO JUÍZO UNIVERSAL DA LIQUIDAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO CONFLITO INDICADO. PREVALÊNCIA DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL EM QUE SE PROCESSA A LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE COOPERATIVA.

DECISÃO

Cotrijui - Cooperativa Agropecuária e Industrial - em liquidação judicial suscita o presente conflito de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí/RS e o Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí/RS.

Alega a suscitante que se encontra em liquidação judicial, cujo processo (n. 016/1.18.0000125-6) tramita perante o Juízo da 1ª Vara Cível do Foro da Comarca de Ijuí/RS, no qual o administrador judicial, ao proceder à apuração de ativos e passivos, para posterior realização do ativo e pagamento do passivo, de acordo com a ordem legal de pagamentos, tem encontrado dificuldades, notadamente em razão de ordens judiciais provenientes de outros juízos, que não o Juízo universal da liquidação judicial, tendentes à expropriação de bens.

Narra que, em razão de tal circunstância, requereu ao Juízo de direito a suspensão de todas as ações e execuções que correm contra a cooperativa, o que foi indeferido. Ressalta, porém, que, em agravo de instrumento, o desembargador relator

Superior Tribunal de Justiça

conferiu efeito ativo ao recurso, até o julgamento final, para determinar a suspensão das ações propostas contra a cooperativa, o que, inclusive foi estendido às controladas da Cotrijui, em posterior embargos de declaração.

Aduz que, em que pese à decisão ter sido levada ao conhecimento do Juízo Trabalhista, a ele sendo submetido o pedido de suspensão da execução trabalhista (Processo n. 0020618-77.2017.5.04.0601), este foi indeferido, ao fundamento central de que a liquidação judicial não seria causa de suspensão da execução trabalhista.

Nesse contexto, afirma encontrar-se devidamente caracterizado o conflito, havendo de prevalecer a competência do Juízo universal da liquidação judicial.

Argumenta que, "para viabilizar a ultimação do concurso de credores, o art. 76, da Lei n. 5.764/71 prevê a suspensão de todas as ações que correm contra a cooperativa". Ressalta, assim, ser "pacífico o entendimento do STJ de que há a formação do juízo universal no processo de liquidação judicial da cooperativa", o qual se afigura competente para "decidir sobre a destinação dos bens do devedor, de modo que as execuções individuais trabalhistas devem ser suspensas, em observância à decisão proferida por aquele juízo" (e-STJ, fl. 9).

Foi deferida liminar às fls. 140-143 (e-STJ), para determinar a imediata suspensão do andamento da Reclamação Trabalhista n. 0020618-77.2017.5.04.0601, em curso perante o Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí/RS, inclusive em relação a eventuais atos de constrição patrimonial que já tenham sido realizados. Na oportunidade, foi designado o Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí/RS para dirimir, em caráter provisório, as questões urgentes.

Foram prestadas informações por ambos os juízos suscitados (e-STJ, fls. 147-148 e 149-152).

Instado, o Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo universal (e-STJ, fls. 155-158).

Brevemente relatado, decido.

Efetivamente, na linha dos precedentes desta Corte de Justiça, que cuidaram especificamente da matéria posta, compete ao Juízo universal da insolvência,

Superior Tribunal de Justiça

em que se processa a liquidação de sociedade cooperativa, proceder à reunião e ao julgamento dos créditos advindos de execuções individuais, inclusive de crédito de natureza trabalhista, salvo se designado dia para praça ou leilão, caso em que a remessa será do produto dos bens.

Nesse sentido:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. Liquidação judicial. Execução trabalhista. - Devem ser remetidos ao juízo universal da insolvência, onde tramita a liquidação de sociedade cooperativa, os processos de execução individual, inclusive de crédito de natureza trabalhista, salvo se designado dia para praça ou leilão, caso em que a remessa será do produto dos bens, Art. 71 da Lei 5764/71; art. 762 do CPC. - Conflito conhecido e declarada a competência do juízo da 4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes, São Paulo.

(CC n. 32.687/SP, Relator o Ministro Ruy Rosado de Aguiar, Segunda Seção, DJ de 27/8/2001);

LIQUIDAÇÃO JUDICIAL - CONCURSO UNIVERSAL DE CREDITORES - SUBMISSÃO DOS CRÉDITOS TRABALHISTAS - NECESSIDADE. A execução de crédito trabalhista deve ser feita no juízo em que se processa a liquidação de cooperativa, sendo necessária a sua habilitação ao juízo universal. Exegese do art. 23, *caput*, da Lei de Falência. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível de Mogi das Cruzes-SP, o Suscitante.

(CC n. 28.996 / SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, Primeira Seção, DJ de 12/6/2000).

Na hipótese dos autos, o Juízo trabalhista determinou o prosseguimento do feito executivo, a despeito da determinação de suspensão dos processos, exarada pelo relator do agravo de instrumento, em 20 de março de 2018, a caracterizar o conflito ora indicado, com prevalência da competência do Juízo universal em que se processa a liquidação da sociedade cooperativa, nos termos dos precedentes citados.

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Ijuí/RS para a realização de qualquer ato processual que adentre no patrimônio da cooperativa suscitante, nos autos da Ação Trabalhista n. 0020618-77.2017.5.04.0601, em trâmite no Juízo da Vara do Trabalho de Ijuí/RS.

Comunique-se. Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

